

diálogos insurgentes

Ativismo LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores: entrevista com Julian Rodrigues

LGBTI+ activism in the Workers' Party: interview with Julian Rodrigues

Cleyton Feitosa¹

¹ Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política/Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: cleyton_feitosa@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5186-1941>.

Julian Rodrigues²

² Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: julianvic@gmail.com.

Submetido em 05/12/2021.

Aceito em 18/04/2022.

Pré-Publicação em 13/05/2022.

Publicação em 31/01/2023.

Como citar este trabalho

RODRIGUES, Julian. Ativismo LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores: entrevista com Julian Rodrigues. Entrevista concedida a Cleyton Feitosa. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2023, Brasília, p. 53-74.

NOTA EDITORIAL | O conteúdo da entrevista é de responsabilidade dos autores e não expressa, necessariamente, a opinião deste periódico

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 9 | n. 1 | jan./jun. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Ativismo LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores: entrevista com Julian Rodrigues



Entrevista realizada por videochamada em 30 de março de 2021, por meio da Plataforma Zoom (duração: 71 minutos).

Realizada em 30 de março de 2021 de maneira remota em decorrência da pandemia do coronavírus, a presente entrevista abordou a organização e participação política de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outras identidades não-cisgêneras e não-heterossexuais (LGBTI+) do Partido dos Trabalhadores (PT), um dos partidos políticos mais próximos dos movimentos sociais do sistema partidário brasileiro (KECK, 2010 [1991]; RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2013) e com larga trajetória de interação com o Movimento LGBTI+. Desde a fundação do PT há registros acadêmicos da relação estreita entre o então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e a agremiação (DEHESA, 2015; MACRAE, 2018; GREEN, 2018).

Essa relação é marcada por altos e baixos, tensões e convergências. Se, por um lado, o PT é um partido que se abriu para o ativismo LGBTI+ desde os seus primórdios, lançando candidaturas (SANTOS, 2016a; CRUZ, 2017; BARBABELA, 2022), inserindo o tema em seu estatuto (FEITOSA, 2022), criando instâncias partidárias específicas, como setoriais e secretarias (SANTOS, 2016b), e implementando políticas públicas nas experiências governamentais (FEITOSA, 2017), por outro lado, é acusado de reproduzir discriminações e preconceitos, secundarizar a luta pela diversidade sexual em comparação com a luta de classes e viabilizar apoio insuficiente a candidatos e políticas governamentais. O partido ainda é criticado pela sua suposta cooptação e instrumentalização no campo do movimento social, tendo sido fator de conflitos e rupturas entre ativistas e organizações (SANTOS, 2016a; TREVISAN, 2018).

Apesar da sua importância no cenário político contemporâneo, o PT (e os partidos políticos de maneira geral) ainda aparece pouco nas pesquisas acadêmicas. Estudos sobre o Movimento LGBTI+, políticas públicas de gênero e sexualidade, conselhos e conferências, dentre outros temas ligados aos estudos sobre direitos e transformação social, abordam de maneira tangencial o partido em seus marcos analíticos ou simplesmente não o consideram, ainda que ele esteja presente na

maior parte das arenas mencionadas por meio de seus filiados que também são membros do movimento social, da gestão pública ou do parlamento. A entrevista pretende reparar um pouco dessa lacuna e lançar luz sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos, especialmente sobre as agitações internas de militantes LGBTI+ na organização partidária.

Para essa tarefa, conversamos com Julian Rodrigues, ativista-filiado com intenso trânsito entre o PT e o movimento social. O entrevistado fez e faz parte de importantes redes nacionais do Movimento LGBTI+, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e a Aliança Nacional LGBTI+, e participou de diversas ações do PT envolvendo a temática dos direitos sexuais, como a elaboração de planos de governo, campanhas eleitorais e organização política de filiados, tendo sido coordenador do Setorial Nacional LGBTI+ do partido entre 2006 e 2012, durante os governos petistas em âmbito federal. A conversa girou em torno dos desafios e estratégias dos ativistas para fortalecer a causa LGBTI+ no partido.

Esse registro é parte das quase 30 entrevistas realizadas com ativistas do PT, PSOL e PSDB para a minha tese de doutorado desenvolvida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), intitulada “Movimento LGBTI+ e Partidos Políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil”. A pesquisa foi financiada com bolsas da FAP-DF, CAPES e auxílios do próprio Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UnB, ao qual sou bastante grato. A tese teve como orientadora acadêmica a Professora Doutora Debora Rezende de Almeida e contou com proífcuas interlocuções do Grupo de Pesquisa Resocie - Repensando as Relações entre Sociedade e Estado e do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representações, conflitos e direitos, ambos do IPOL/UnB.

Qual função ou cargo você exerce no partido?

Sou coordenador de formação política da Fundação Perseu Abramo, que é a fundação de estudos e pesquisas do Partido dos Trabalhadores. Sem nenhum cargo na estrutura do Partido dos Trabalhadores atualmente.

Mas você já foi coordenador do Setorial LGBTI+, não é?

Sim. São duas coisas: ocupar algum cargo profissionalizado, por exemplo, assessor de alguma Secretaria. Outra coisa é ocupar algum cargo dirigente, para o qual você é eleito. Eu fui Coordenador Nacional do Setorial LGBTI+ entre 2006 e 2012.

Como você enxerga o tratamento da temática LGBTI+ no PT? Quais canais existem para a expressão de demandas?

O PT tem uma organização muito rica, com secretarias e setoriais temáticos. No caso do LGBTI+ nós temos um setorial próprio - como há para outros temas: direitos humanos, agrário, meio ambiente, cultura, etc. E o setorial se transformou em secretaria recentemente. Hoje nós temos uma Secretaria Nacional LGBTI+, que é o espaço de articulação da militância LGBTI+ do PT. A estrutura de Secretaria é uma conquista mais recente, veio após a eleição da Gleisi [Hoffmann] como presidenta em 2017. Foi quando o setorial se transformou em secretaria. Mas o PT é pioneiro desde sempre nesse tema.

Desde o discurso pioneiro do Lula de 1981, na Convenção do PT, considerado o documento fundante do Partido, já há uma preocupação com a temática dos direitos homossexuais, Lula disse: “não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia.”

Importante destacar essa questão. Na fundação do PT já havia grupos que também estavam atuando no nascente movimento LGBTI+. Refiro-me especialmente à Convergência Socialista do PT, uma corrente política trotskista, morenista, que foi vanguarda na organização do então Movimento Homossexual Brasileiro [MHB, sigla do movimento na chamada “primeira onda”]. O pioneiro Grupo Somos, fundado no fim dos anos 1970, já contava com militantes da Convergência, como o historiador e ativista histórico icônico James Green. Portanto, o PT, desde o início dos anos 80 já estava integrado ao processo de construção do movimento LGBTI+ no Brasil.

Em 1986, o José Genoíno, deputado constituinte, apresentou uma proposta para que no atual Artigo 5º da Constituição Federal, no qual constam as proibições de discriminações, houvesse a proibição à discriminação por orientação sexual. Era algo muito vanguardista se pensarmos, que em 1987, a rigor, nem se conhecia muito a expressão “orientação sexual”. Se falava ainda em “opção sexual”, embora o Brasil tenha sido um dos primeiros países a despatologizar a homossexualidade. Por conta da atuação do GGB¹, já em 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade de sua lista de doenças. Antes, portanto, do avanço mundial que foi a decisão da Organização Mundial de Saúde² em 1990.

O PT sempre teve essa marca pró-LGBTI+. Contudo, os primórdios da nossa organização datam do início dos anos 1990, com a criação do Núcleo de Gays e

¹ Sigla do Grupo Gay da Bahia.

² Organização Mundial da Saúde.

Lésbicas do PT. É em São Paulo onde se tem registro mais detalhado do processo. O PT tem uma tradição de organização de base, primeiro em núcleos, e depois a partir de meados dos anos 90, em setoriais. Com o acúmulo da década de 1990 e do núcleo paulista de gays e lésbicas, conseguimos organizar a primeira Plenária Nacional LGBTI+ em 2001. Na época era só gays e lésbicas mesmo! Mas foi em 2001. A partir daí que se construiu o setorial propriamente dito. Mas o Núcleo de Gays e Lésbicas data dos anos 90 e o setorial a partir do início dos anos 2000.

Você sabe como se deu a inclusão da temática LGBTI+ no Estatuto do PT?

Eu trabalhava no PT nacional, quando foi aprovada uma atualização do estatuto. Quem foi responsável pela redação do Estatuto foi o Luís Dulci, que hoje é do Instituto Lula. Ele foi da primeira Executiva Nacional do PT, foi deputado federal por Minas em 1982, na época já existia o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT que funcionava regularmente. Então já era uma temática que tinha presença no PT, de maneira que a proibição de discriminação por orientação sexual foi incorporada ao estatuto do Partido.

Mas, foi uma jornada dura. Por exemplo, em 1994 quando o Lula foi candidato à Presidente e o Zé Dirceu candidato a Governador de São Paulo, o então Núcleo LGBTI+ propôs pela primeira vez as 13 propostas gerais, impressas em panfletos e tudo o mais. Segundo o saudoso William Aguiar, os panfletos só saíram depois da eleição - acharam os impressos na garagem da sede do Diretório paulista/nacional, ali na [Avenida] Conselheiro Nébias. Mas imaginem! Em 1994, já tínhamos um panfleto específico LGBTI+ em São Paulo. Embora mineiro de Uberaba, minha militância a partir de 1997 se dá em São Paulo - acompanhei muito por aqui essa história. Não sei te dizer como era nos outros estados. Nós que moramos aqui costumamos ter uma visão muito paulistocêntrica. Parte importante da bibliografia, da historiografia, da narrativa, do centro político do Movimento LGBTI+ segue sudestino. São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo. Muitas vezes é apagada a luta mineira e nordestina, para não mencionar o conjunto do país.

Eu não sei te dizer exatamente como se deu essa incorporação oficial. Se não me engano, no Estatuto do final dos anos 1990 é gays e lésbicas, né? Ainda não tinha a visibilidade e a incorporação da luta das travestis. Porque no PT se acompanha a onda geral do Movimento. Ou seja, é preciso destacar cada momento quando a “sigla” vai aumentando e mudando. O Núcleo do PT se chamava Núcleo de Gays e Lésbicas. Então você tinha alguns ativistas muito importantes nesse momento que em São Paulo faziam diferença. William Aguiar, por exemplo, que militava na tendência Democracia Socialista, escrevia no jornal “Em Tempo”, foi uma referência de vanguarda no PT no início dos 1990. Ele escrevia regularmente sobre esse tema. Foi o primeiro articulista que eu, calouro na Universidade Federal

de Viçosa (UFV), pude ler no icônico jornal da DS³. São artigos interessantes, ótimos se os resgatássemos. Foi a primeira pessoa que eu vi no PT escrevendo sobre a questão de gays e lésbicas. Willian participava do núcleo GLT do PT em Sampa. Você tinha também pessoas como a Rita Quadros, o José Roberto, o Beto Oliveira também falecido. Mais tarde um pouco você tem o Lula Ramires, o Marcos Freire, o Beto de Jesus, a Regina Facchini. Essas pessoas de São Paulo foram muito importantes nessa interlocução porque a sede do PT nacional sempre foi aqui em São Paulo também. Então eu não sei te dizer exatamente quem conversou com quem e como, mas havia já uma articulação.

Como se deu a trajetória desse Núcleo que começa em São Paulo depois passa para Setorial Nacional e depois vira Secretaria recentemente?

Essa experiência do núcleo foi uma experiência que começou a se irradiar e repercutir com articulações nos estados. Uma pessoa fundamental na criação do setorial foi a companheira Sônia Hipólito que era Secretária Nacional de Movimentos Populares no PT (é a secretaria a qual os setoriais se vinculam). A companheira Sônia Hipólito foi a grande mentora, articuladora, sendo quem convocou a primeira plenária nacional do segmento, que aconteceu em 2001. E a partir daí virou uma tradição, realizar sempre essa plenária das petistas às vésperas da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo. Nesse grande feriado do Corpus Christi que é quando acontece a Parada paulistana. Então, a cada ano, a estratégia foi sempre convocar essa plenária em São Paulo. O setorial foi construído a partir dessa plenária nacional convocando a base petista e estimulando que em cada estado as pessoas se reunissem e fizessem todo esforço para vir à São Paulo. Isso foi muito interessante porque foi um processo em que a cada ano a plenária acontecia com mais força e a gente ganhava alguns aliados no PT. A Sônia Hipólito, dentro da estrutura do PT, sempre foi uma grande aliada, imprescindível.

Na bancada federal do PT nós tivemos alguns aliados importantes, que foram os mesmos com os quais construímos inicialmente a Frente Parlamentar LGBT (na época, 2003, Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, nome a mim sugerido pelo Paulo Mariante, e que se alinhava com as elaborações do grupo Nuances, do Rio Grande do Sul, também icônico). Foi uma ação que vim a protagonizar, foi proposta minha. Em 2003, quando nós lançamos a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, originalmente coordenada pela deputada federal petista paulista Iara Bernardi e pelo deputado federal Luciano Zica, seu Secretário Executivo. Eu assessorava o deputado Luciano Zica e fui quem propôs a iniciativa e a articulou. Nós tínhamos aliados como a deputada Fátima

³ Democracia Socialista, tendência interna do PT.

Bezerra, hoje Governadora do Rio Grande do Norte, a Iara Bernardi, ex-deputada federal do PT de São Paulo, da região de Sorocaba, e o próprio deputado Luciano Zica, petroleiro, homem hétero, libertário e progressista, corajoso aliado, deputado federal do PT com base em Campinas e região. Tínhamos a Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, que sempre foi uma apoiadora muito importante no Congresso. Depois, tínhamos o José Genoíno, historicamente, apoiador das liberdades democráticas no geral. Então, tinha na bancada petista algumas lideranças importantes que sempre nos apoiaram.

Contávamos também com apoio de setores partidários, principalmente das correntes mais à esquerda do PT, que tinham organizações de juventude, sempre vanguarda no debate. Eu militava na Articulação de Esquerda, fui presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFV e candidato a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). A Reconquistar a UNE⁴, nome da tese da Articulação de Esquerda no movimento estudantil trazíamos essas questões, junto com os companheiros da Democracia Socialista, que tinham a tese Kizomba do movimento estudantil universitário – e historicamente sempre traziam um acúmulo maior nos temas do feminismo e da luta antirracista. Isso ajudava. Diferente, por exemplo, de correntes da esquerda petista como O Trabalho que não só foram resistentes ao tema, mas também às vezes atrapalhavam. Por exemplo, até hoje eles são contra cotas raciais e de gênero, e desprezam a luta LGBTI+. Entre os companheiros do campo, chamado majoritário do PT, nos anos 1990 e 2000, havia algumas pessoas que eram sensíveis, tinham outras que eram indiferentes e também muitas que eram e são conservadoras.

Então o Setorial foi se constituindo primeiro com comissões provisórias, coordenações colegiadas. Sempre foram feitas coordenações colegiadas. As pessoas que vinham para Plenária Nacional a gente conformava uma coordenação meio que por consenso. Coordenações colegiadas. Mas esse foi um processo que veio crescendo.

Um marco importante foi 2006. Nós coordenamos, eu coordenei, a elaboração do Programa Lula - Construindo um Brasil sem Homofobia. Partimos da experiência do “Brasil Sem Homofobia”, lançado em 2004, projetando desafios para o segundo mandato Lula. Ali nós colocamos a ideia da Conferência, colocamos a necessidade de uma atuação internacional, colocamos a questão de recursos. Foi consolidado um livreto “Construindo um Brasil sem Homofobia”, muito interessante. O Lula tinha um livrinho para cada tema. Foi a única vez que nós, do PT, tivemos um programa exclusivo e específico só para LGBTI+, foi em 2006. Quem coordenava o programa Lula era o Marco Aurélio Garcia. Sempre um grande aliado da nossa

⁴ União Nacional dos Estudantes.

pauta. Saudoso Marco Aurélio Garcia, Secretário Internacional do PT e assessor do Lula. Um dos maiores dirigentes da história do PT.

A interlocução e o apoio das mulheres feministas sempre foi muito importante, a intersecção entre a luta feminista, lésbica e antirracista. Feministas históricas nos ajudaram, como as mulheres que vinham do debate da luta pelas cotas no PT. Em 1991, o PT instituiu a cota mínima na direção partidária de 30% das mulheres. O PT é pioneiro no debate de políticas afirmativas no Brasil. Não começou no governo federal. Importante resgatar essa história, dos 30% de mulheres na direção. Hoje temos paridade de gênero obrigatória. Então essas feministas históricas sempre foram aliadas das LGBTI+. E nós conseguimos trazer gente que tinha muita experiência pro setorial. Marisa Fernandes participava conosco. É uma decana, como diz o [Luiz] Mott, do Movimento Lésbico Brasileiro. Ela foi fundadora do GAL - Grupo de Ação Lésbico-Feminista no racha do Grupo Somos. E tínhamos a Yone Lindgren que também foi do Grupo Somos do Rio de Janeiro. Também o Paulo Mariante de Campinas, o Cláudio Nascimento do Rio, no Centro-Oeste a liderança do Leo Mendes. Mais recentemente, o Marcelo Cerqueira, histórico do Grupo Gay da Bahia, também se filiou ao PT e foi candidato a vereador duas vezes pelo PT. O [Luiz] Mott, pouca gente sabe, mas chegou a ser candidato a deputado federal nos anos 80 pelo PT. Antes de virar um liberal-conservador. Ele, inclusive fala com orgulho que foi filiado ao PT. Há uma abertura histórica do PT para a temática dos direitos homossexuais.

Mas a constituição do setorial se dá nessas duas décadas do século 21. Então eu destacaria que 2006 foi um ano importante. E também 2008 foi um ano importante, não para a organização interna, mas por conta do setorial ser o articulador, internamente ao governo federal, da primeira Conferência [Nacional LGBTI+]. Como surgiu a primeira Conferência em 2008? Era uma proposta que estava no programa, pessoalmente eu havia incluído no programa do Lula: “aqui tem que ter Conferência”. Passou um ano e fomos lá falar com o Paulo Vannuchi, o Ministro de Direitos Humanos. Outro nome que tem que ser citado como um grande aliado histórico. Sempre foi assessor do Lula no Sindicato dos Metalúrgicos, aliado dos direitos LGBTI+. Ele era o Ministro de Direitos Humanos. “Então Vannuchi estamos com essa Conferência para pôr de pé”. E aí ele chama o movimento social organizado; constitui uma Comissão Nacional de Organização, da qual eu participei; e o governo convoca a primeira Conferência por decreto. Mais de 1.000 LGBTI+, eleitas e eleitos delegados nos estados - aquilo foi uma apoteose em Brasília, no Brasil 21, o espaço de convenções. O Lula abre a Conferência em 5 de junho de 2008. Virou comício, uma comoção. O Lula sempre menciona essa Conferência, foi um marco também na trajetória pessoal do Lula e na história do Estado brasileiro. É o auge do processo de reconhecimento das LGBTI+ enquanto sujeitos sociais que demandam políticas públicas. A partir da Conferência veio o Plano Nacional, veio a Coordenação de políticas LGBTI+ e

veio o Conselho Nacional LGBTI+. Isso para não falar da questão do imposto de renda comum, uma série de direitos, como o decreto presidencial instituindo o 17 de maio como dia nacional de enfrentamento à homofobia. O Toni Reis, maior liderança LGBTI+ do país, chamou o Lula em 2010, em cerimônia oficial, de “Papai Noel dos gays”. O Lula só ria!

Aí nós tivemos a virada de 2010, a partir da campanha Dilma. É um tema que eu trato na minha dissertação de mestrado. Porque a partir da carta ao povo cristão, a Dilma opera um pacto com o conservadorismo, baseado no congelamento das nossas políticas. Diz Dilma o óbvio: que a criminalização da homofobia só pode ser feita se não confrontar a liberdade religiosa – uma senha para a rendição à agenda da direita cristã. Em maio de 2011, acontece o famoso episódio do veto ao kit gay - o programa “Escola sem Homofobia” - que se arrasta como uma corrente, um zumbi que veio nos assombrar até 2018. Virou, por exemplo, a mamadeira de piroca. Penso que se a gente tivesse enfrentado o tema ali em 2011, essa coisa não teria ganhado tal proporção. Ao invés da Dilma falar que não faria propaganda de opção sexual no governo dela, se a gente tivesse dito: “isso aqui é um material educacional e as pessoas têm direito a uma educação diversa” poderíamos matar ali o monstro. Na linha do Haddad, que nunca vacilou. E isso veio se arrastando. Veio para a campanha do Haddad em 2012, mas ele deu uma pancada e matou no peito – e a correlação de forças era melhor.

A construção do PT no setorial, nos anos 2010 a 2020, foi mais complicada, porque tinha a ver com o governo Dilma também. Foi um governo muito recuado em comparação ao governo Lula. Nós tivemos episódios no Ministério da Saúde com relação às propagandas para jovens gays, tivemos esse episódio. E tivemos um congelamento do orçamento, não se fez o segundo plano LGBT, só teve o primeiro. Nunca teve o segundo, nunca saiu do papel. Nós fizemos a segunda Conferência no final de 2011 para avaliar o que tinha acontecido desde a primeira em 2008. A Dilma não foi à Conferência. Sabíamos que ela não gostava muito de Conferências. Mas parecia que tinha feito questão de se ausentar da nossa - mandou o Gilberto Carvalho, gente boa, mas sem poder real. Havia um clima favorável a vaiar a Dilma se ela aparecesse, inclusive. Nós, do setorial petista, em 2014 tivemos um papel importante para tentar operar uma reconstituição da interlocução, pressionar a Dilma. Conseguimos fazer uma certa recomposição com o governo. O Jean Wyllys teve um papel importante também, a Dilma defendeu o casamento civil na campanha. E aí ela meio que faz uma recomposição com o movimento social LGBTI+. Mas foram anos muitos difíceis para nós o período do governo Dilma.

Depois veio o *impeachment* e todos nos focamos em denunciar nessa coisa absurda que foi a prisão do Lula, teve *impeachment*, golpe. Foi a ascensão do conservadorismo evangélico, do bolsonarismo, do pânico moral com a ideologia de gênero, mamadeira de piroca e outras extravagâncias. Então eu penso que o

setorial também acabou se voltando um pouco para uma postura mais defensiva. Perdeu, inclusive, sua capacidade de formação e de inserção no movimento. Eu sou muito crítico ao último período da própria direção majoritária do setorial, agora secretaria. Claro que o contexto é complicado, mas falta um pouco de presença concreta no movimento social. Não ficar apenas no internismo. A gente tinha uma preocupação de que o setorial tinha que ter um pé no governo, um pé no parlamento, um pé no movimento social e o pé interno ao PT. Fazer essa articulação, partido, movimento, governo e parlamento. Foi isso que nós tentamos com a Frente Parlamentar, com a Conferência, com a articulação por exemplo, na ABGLT, na LBL⁵.

É claro que as disputas do movimento social também acabam afetando o setorial e vice-versa. As disputas do PT rebatendo no movimento social. Então teve a cisão da ABGLT, que foi uma cisão significativa porque a maioria de nós militávamos na ABGLT, historicamente a principal rede do movimento nacional. Muitos de nós saímos da ABGLT e ela se enfraquece. Então hoje há uma postura da maior parte do setorial, de abrir uma espécie de guerra contra um setor do movimento, no caso a Aliança Nacional LGBTI+. Houve e há muita turbulência. Além disso, o movimento LGBTI+ também mudou muito desde 2010 a questão do Facebook, das redes sociais, da nova vanguarda.

A fragmentação do movimento, falta de recursos públicos, a mudança no formato organizativo, a diluição, a transformação do movimento que em certos momentos parece ser liderado por personalidades de rede social, “lacradores”. A questão teórica com a explosão das teorias queer, das teorias pós-queer. E do liberalismo pós-moderno que não acredita em partido e só estimula ações nas redes. Com o surgimento importante de novos setores, principalmente partidários, com o protagonismo do PSOL, que é fundado a partir de 2004 ou 2005, não me lembro bem, e aí ele cresce, principalmente depois 2010. O PSOL cresce como repositório dessa nova militância que estava nas universidades, muito por conta das políticas do governo Lula. E que não reconheciam isso, de certa forma. E essa militância mais jovem que não pegou o modelo mais organizativo de ONG⁶, de Parada, de coletivo, de partido. Mas que acaba se identificando, na hora H, ou vota no PSOL ou se candidata pelo PSOL. São as pessoas que talvez tenham outros tipos de trajetória de militância, mais jovens, mais formados pela internet, pela academia. Então isso impactou muito o setorial LGBTI+ do PT nos últimos anos, ele ficou um pouco mais velho. Mais careta. Porque o PT, como um todo, perdeu um pouco esse vigor, esse frescor. Tanto é que muita gente acha que hoje o PSOL é o grande

⁵ Sigla para Liga Brasileira de Lésbicas.

⁶ Sigla para Organizações Não-Governamentais.

líder, o grande partido das LGBTI+. Não conhece toda a história do PT nessa pauta.

Os membros LGBTI+ têm participado da construção dos planos de governo?

Então, depois de Lula em 2006 nós não tivemos um plano específico. A Dilma em 2010 já foi uma coisa complicada. Não teve um plano específico LGBTI+, teve panfleto, mas não teve plano. E em 2014 não houve ao menos programa de governo. A Dilma não apresentou programa de governo para nenhuma área. Isso é uma questão muito complicada. Eu participei, enquanto setorial estadual e municipal de vários processos. Nós coordenamos o programa LGBTI+ do [Aloizio] Mercadante 2006 e 2010 e da Marta [Suplicy] 2008. Inclusive, teve uma crise com o setorial LGBTI+ do PT em 2008, com o núcleo LGBTI+ da capital. A Marta fez uma propaganda contra o Kassab no segundo turno que começava assim: “você conhece o Kassab? É um bom cidadão, bom pai, não sei o quê...” tinha, nitidamente, uma insinuação homofóbica embutida. Porque todo mundo sabia dos boatos, todo mundo sabia que o Kassab era solteiro e corria à boca pequena que o Kassab era gay. E logo a Marta pôr no ar uma propaganda com esse tipo de insinuação. Foi uma crise, inclusive para a campanha dela como um todo, apanhou muito. E nós fizemos uma nota do Núcleo LGBTI+ de São Paulo, saiu até na Veja um trecho da nota, e eu fiz alguma declaração com um *lead* pronto, do tipo: “a campanha da Marta deu um tiro de canhão no pé”, isso tudo em 2008.

Em 2010, novamente, nós participamos da feitura do programa de governo do Mercadante. E em 2012 teve uma grande movimentação do Núcleo Setorial Estadual Paulista e do Núcleo Municipal Paulistano, quando nós escrevemos o capítulo LGBTI+ do governo Haddad. Foi ali que colocamos a ideia de fazer os Centros de Referência, já apontávamos a questão do Transcidadania, etc. Daí virei o Coordenador LGBTI+ no início do Governo Haddad, depois fui ser assessor parlamentar. Deixei o setorial LGBTI+. Hoje milito no Setorial de Direitos Humanos, isso desde 2015. Então eu não acompanhei de perto o setorial LGBTI+ nos últimos anos. Mas enquanto eu estive a frente, nos três níveis, nós éramos os chatos de plantão. O que a gente fazia? Chegava para o coordenador de campanha, chegava para o candidato e fazíamos o *lobby*. O programa de governo tem que ter um capítulo LGBTI+ sempre – me orgulho disso.

Os outros partidos, você deve perguntar lá para frente, mas vou adiantar: sempre olhavam muito para o PT. Porque, na prática, sempre fomos o único partido que com esse setorial organizado. Inclusive, o PC do B veio a montar seu setor LGBTI+ só no início dos anos 2000 e muito baseado na experiência do PT. O setorial do PT sempre foi meio que um paradigma geral.

Eu entendi que sim, vocês participam da construção de planos de governo, campanhas, propostas, mas que depende, de certa forma, da iniciativa dos ativistas de estarem ali tensionando, lembrando, né?

No início sim, hoje não. Hoje você tem uma Secretaria e tal. Ninguém monta um programa de governo que não venha já com cada setorial e com seu pedacinho. Hoje não, isso é meio automático. Qualquer comissão de programa de governo vai ter lá: direitos humanos, mulheres. Porque cada uma tem uma secretaria: tem a Secretaria de Mulheres; Secretaria LGBTI+; Secretaria de Combate ao Racismo; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Meio Ambiente; Setorial de Cultura; Setorial Religioso; Setorial de Segurança; Setorial de Saúde, de Educação. Quando você faz o programa de governo eles é que são chamados a fazer a contribuição setorial. Mas, por exemplo, quando o Núcleo Municipal LGBTI+ de São Paulo não estava muito articulado em um momento de campanha, aí você tem que correr atrás.

Depende muito também da boa vontade, o espaço e a valorização também; em muitos momentos, dependia de quem estava à frente. Por exemplo, o [Paulo] Vannuchi esteve à frente do Haddad 2012, o Vannuchi coordenou o programa de direitos humanos. Então era uma pessoa que pudemos ter mais espaço. Uma coisa era o Marco Aurélio Garcia com o Lula em 2006. Então, claro que quando são figuras mais amplas, mais abertas, mais democráticas, mais entoadas por direitos humanos é mais fácil. Você tem mais espaço e tal. Mas hoje está institucionalizado isso. Então você não faz mais programa de governo sem ter lá a caixinha LGBTI+.

Como tem-se dado a publicação de notas e resoluções com a temática LGBTI+ no partido?

Isso varia muito da conjuntura. Na época que eu estava à frente e que, portanto, a gente não tinha uma secretaria. E um período, inclusive, que o setorial não estava institucionalizado, era meio que uma comissão provisória. Nós íamos muito na conjuntura.

Por exemplo, eu me lembro de uma outra nota que foi famosa, quando fiz criticando meu amigo Lindbergh Farias que na época estava junto com o Silas Malafaia, defendendo Silas Malafaia, porque tinha uma polêmica sobre a questão de religião na EBC⁷, na emissora pública. E o Lindbergh foi e acabou defendendo, porque nós criticamos o Malafaia, não me lembro bem o porquê. E aí a gente fez uma nota dura contra o Malafaia, mas puxando a orelha do Lindbergh. E isso eu acho que

⁷ Empresa Brasil de Comunicação.

foi em 2010 ou 2009. Não me lembro mais. O Lindbergh já era Senador. E aí o que acontece? Eu fui ameaçado de processo pelo próprio... Bom, o Malafaia, que não citou o meu nome no programa, e pelo Magno Malta. Se jogar no Google “Julian Rodrigues e Magno Malta” você vai ver ele me xingando na tribuna do Senado, por conta dessa nota. Então, como te falei, essa da Marta. Era muito quando tinha muita crise.

A mais famosa foi a nota que nós fizemos puxando a orelha da Dilma porque disse: “No PT não se tem propaganda de opção sexual”. E eram notas muito difíceis, por que o que acontece? Nós tínhamos que defender as causas do movimento, preservar o partido e, ao mesmo tempo, fazer com que o partido fosse para o lado correto. Muita gente não entende isso. Tem uma ala do partido que acha que os setoriais não podem fazer críticas ao partido. Então eu sempre fui muito combatido por setores, não todos, mas do ex-campo majoritário, hoje CNB⁸. Porque tem uma ideia de que o setorial não pode ser crítico ao partido. Porque “Imagina fazer uma nota contra a Dilma”. E eu achava que não, porque o setorial estava lá justamente para, dentro do PT, fazer com que aquelas bandeiras fossem absorvidas pelo PT. Que os petistas tivessem compromisso daquele programa que é do partido. Então a gente tinha que lembrar a história do PT; que o PT não faz concessão política, ideológica, programática em temas de direitos humanos; que liberdade religiosa não é liberdade de xingar, de ofender dignidade. Então também era muito tenso. Com essa mudança, a maioria dessa ala que tem essa visão mais institucional de que o setorial não deve tensionar, eu não vejo muitas notas. Eu vejo quando há algumas coisas mais pontuais de organização, para participar de algumas coisas, de algum congresso e tal. Presença no Congresso com bandeiras, com alguma nota mais geral. Ou contra alguma medida do governo Bolsonaro, mas coisas muito pontuais.

Respondendo sua pergunta: não existe uma metodologia, nem cronograma e nenhuma regra para notas. Às vezes você propõe que o Diretório aprove uma nota. Nós já fizemos isso. Quando é um tema muito grande para que o Diretório ou próprio Congresso aprove. Por exemplo, aprovamos em um Congresso, não vou me lembrar qual. Na época o [Ricardo] Berzoini era presidente, não sei se era o 3º Congresso, nós aprovamos que o PT era a favor da criminalização da homofobia. Embora o projeto fosse só de deputados petistas, embora senadores petistas fossem a favor, já tinha aquele debate de fundamentalistas religiosos dentro do PT. Então tinha gente vacilando em apoiar. Então a gente fez com que no Congresso, que é a instância máxima do PT, fosse aprovada uma posição a favor da criminalização da homofobia. Como foi aprovado que o PT é a favor dos direitos sexuais reprodutivos e da legalização do aborto. Nesse mesmo Congresso. O que foi uma luta dura! Porque o feminismo no PT e esse compromisso mais radical com direitos sexuais

⁸ Construindo um Novo Brasil, tendência majoritária do PT.

e reprodutivos ele encontra muita resistência no interior do partido. Com coisa mais por conta da tal relação com evangélico. Isso até o golpe, né? Depois do golpe, como esse pessoal foi todo para o bolsonarismo, ficou um pouco. Mas mesmo assim ainda tem gente que acha que não podemos radicalizar as pautas de direitos sexuais e reprodutivos.

Então, isso impacta na organização também, porque é uma luta política, mas é uma luta também que as notas não sejam só de setorial, que as propostas sejam também das instâncias do PT. Como um todo e não só das bichas do PT, das sapatão do PT, da feminista do PT. Mas que seja uma posição do conjunto do partido. Mas então, não, não tem essa metodologia definida, depende da maioria que dirige o setorial, do contexto, da época, de quem está no Diretório Nacional. A Gleisi [Hoffmann], por exemplo, é uma grande aliada. Ela que possibilitou, quase numa canetada, a secretaria, a transformar em secretaria, entendeu?

Como tem sido o processo de elaboração de materiais educativos e cursos de formação do PT na área LGBTI+?

Então, nós tivemos no ano passado... Eu ainda não estava, no ano retrasado, um curso específico. Vários cursos da área de formação da Fundação [Perseu Abramo]. Teve para negros, para juventude, para mulheres e teve um feito em parceria da área de formação da Fundação com a Secretaria LGBTI+ – que indicou os palestrantes. E aí foi se fazendo a metodologia da educação à distância, dentro da plataforma. Foi feito em parceria da secretaria com a fundação. Esse ano estamos previstos, no segundo semestre, um novo curso que junte direitos humanos, feminismo, antirracismo e LGBTI+. É um curso das interseccionalidades, das transversalidades dessa pauta. Vamos ver se a gente consegue construir uma coisa bem bacana. E em parceria com os setoriais.

Como é alimentada a pauta LGBTI+ no site e nas redes sociais do partido?

Geralmente aparece mais quando tem alguma iniciativa de alguma secretaria, do próprio setorial. A não ser quando é uma iniciativa parlamentar, por exemplo, vindo dos debates do PLC 122, da criminalização da homofobia. Quando é pauta nacional, geral. Mas eu não sei te dizer... No geral a comunicação do PT é abaixo da crítica, né? Então, nem sei te dizer isso como é que fica. No geral, não é uma boa página. Como também não é de nenhum setorial. E aí não é um problema específico. A comunicação do PT é um desastre de proporções inenarráveis. Então não se tem nem nas redes sociais, nem na página do PT nada decente, de nada! Mas seria, inclusive é um dos fatores que eu avalio, porque a gente perde muito

protagonismo. Porque não consegue visibilizar nossas lideranças, não visibiliza nossa pauta dentro do PT, não visibiliza as ações que o PT, a história que o PT tem. Porque se pegar essa nova geração a galera não tem a menor noção e nem quer ter também. Tem uma lacração aí que acha que o movimento começou agora, né? Inventaram a sopa de letras agora. Então o pessoal não quer saber do que aconteceu antes, de quem veio antes. Dos partidos e o que fazem, né? Tem um certo desprezo. Mas eu acho que a comunicação nossa também não ajuda, eu avalio de forma negativa no geral.

Você sabe como tem sido a representação da Secretaria LGBTI+ no Diretório Nacional?

Então, quando era setorial e não estava institucionalizado era mais complicado. Por isso que é importante você entrevistar a Janaína [Oliveira] para ela te contar esse dia a dia que não acompanho mais. Eu sei que todas as secretarias têm o assento na Executiva, sem direito à voto, mas com direito à voz. Então, por exemplo, no fundo partidário, ano passado, houve uma articulação não só das mulheres como da juventude no combate ao racismo. E do LGBTI+, porque candidatos tiveram recursos destinados, reservados por serem LGBTI+. Candidatos à vereador LGBTI+, por uma articulação da secretaria LGBTI+. Assim como os jovens do projeto “Me Representa”, assim como as mulheres do projeto “Elas Por Elas” e o combate ao racismo também. Então, há uma institucionalização bem grande hoje da secretaria dentro do Diretório e dentro dos mecanismos de funcionamento internos do PT. Bem mais do que existia na minha época, porque eu peguei parte do setorial era só Comissão Provisória. E depois quando eu peguei o setorial se constituiu, mas dentro da Secretaria de Movimentos Populares. Quando ela vira secretaria ela deixa de estar sob a Secretaria de Movimentos Populares e vira uma secretaria autônoma, isso deu uma fortalecida muito grande. Recursos para viagem e apoio institucional.

Como tem sido o financiamento de atividades e eventos LGBTI+ no PT?

Parte a gente conseguiu algum apoio, por exemplo, para fazer essa Plenária Nacional da Sônia Hipólito nós conseguimos. Nós tínhamos apoio, por exemplo, de algumas passagens, tivemos apoio de hotel, de comida. Mas sempre muito difícil. Mas nas campanhas a gente sempre conseguia fazer nossos panfletos. Liberar pessoas LGBTI+. Mas no último período melhorou bastante, é o que te disse na última resposta, acho que está mais tranquilo isso.

Como tem acontecido o recrutamento de candidaturas LGBTI+ no partido?

Por uma articulação com os estados. Esse é outro problema, porque as secretarias estaduais elas não são organizadas, a maioria delas. Muito menos nas municipais das capitais. É uma articulação que ainda não tem uma plataforma como foi no “Elas por Elas” das mulheres e no “Me Representa” da juventude. Teve uma plataforma. Tipo uma campanha para as pessoas se credenciarem e se candidatarem. O LGBTI+ ficou solto. Foi meio que articulação das regionais, estaduais. É o que te falei, pessoalmente, eu acho que está num momento que precisa dar uma chacoalhada muito grande no setorial, na secretaria. Eu acho que ela tem um potencial maior. Mas estou animado para que o ano que vem tenha um processo de estímulo e recrutamento mais organizado, que passe pelos estados. Mesmo assim nós conseguimos eleger muitos jovens, conseguimos eleger muitas vereadoras bissexuais. Tivemos candidatas do PT transexuais. Enfim, eu acho que é importante. Porque aí junto com a juventude, com as mulheres, com os negros e negras você cria uma pauta interseccional que tem tudo a ver, né? De recrutamento de candidaturas com esse perfil jovem etc.

Como você vê o financiamento de candidaturas LGBTI+ quando comparado com outras candidaturas?

A disputa do fundo partidário é cruel, violenta, é quase uma guerra em todos os partidos. Sempre foi muito complexa a discussão no PT. Em outros partidos aparece menos porque são mais fechados. No PT foi duro, teve muita disputa, mas asseguramos para as mulheres um percentual maior, assim como para jovens e negras/os. É muito complexo, mas têm vários fatores, várias fórmulas. Tem a ver com o tamanho das cidades, com os estados, um monte de coisa. Mas se assegurou algum recurso. Eu sei de candidatos LGBTI+ que conseguiram contribuições em cidades médias, assim, de 5 a 7 mil reais, por aí. É muito pouco, sim. Mas também o fundo eleitoral também não é essa coisa gigante. E não foi a primeira vez, viu! Interessante você ter perguntado isso.

Quando eu fui coordenador, mesmo sem o setorial articulado nós tínhamos bem menos candidatos. Eu me lembro que em 2006 ou em 2008, acho que em 2008, nós conseguimos recursos para cerca de 10 candidaturas articulando diretamente com o Secretário de Movimentos Populares, que era o Renato Simões. Não estava previsto, não era fundo partidário, era um recurso do partido que nós conseguimos. Dentro das arrecadações, né? Que o partido arrecadava de empresas mesmo na época e nós conseguimos valores. Por exemplo, eu lembro da Verônica [Lima] que é nossa vereadora em Niterói, negra, vereadora ou deputada estadual, não me lembro, que na época foi candidata. Nós conseguimos o Germano Marinho do Acre

na época, nós conseguimos ajudá-lo. Várias pessoas foram candidatas e nós conseguimos um recurso. 2008, foi em 2008, mesmo sem ter. Então temos uma tradição de tentar garantir recursos.

É um debate que avança, mas com muita gente contra também. Outro dia teve um debate um deputado federal de São Paulo falou que esse foi um dinheiro mal gasto. Esse negócio de dar dinheiro para mulher, negro, jovem, LGBTI+, que não tem voto nenhum e tal. Então, também não é tão pacificado assim no PT. Mas há uma maioria, consolidada a favor de garantir recursos direcionados para mulheres, negros, LGBTI+, etc.

Houve alguma oposição a iniciativas LGBTI+ no partido?

Não, oposição aberta é muito difícil. Com exceção desses fundamentalistas que te falei que tentamos colocar para fora. Tem mais vacilos, né? Concessões. A Ideli [Salvatti], que sempre foi uma defensora nossa, lançou o “Brasil Sem Homofobia”, foi coordenadora da Frente Parlamentar no Senado; quando foi ministra da Dilma negociou para o PLC 122 sair da urgência que o [Paulo] Paim tinha colocado ele na urgência. Por quê? Pressão do Magno Malta. Então, esse tipo de coisa sim, mas é uma pessoa comprometida. Percebe? Mas quando estava no governo. Agora, essa fala desse deputado, vou até dar nome para o sujeito: Carlos Zaratini. Essa fala do Zaratini, poucos têm a ousadia de fazer falas tão explicitamente contrárias a essas demandas. Mas é muito operação de bastidores. Quando consegui em 2008 esse recurso, foi porque o Renato Simões era o Secretário. Renato Simões quando foi deputado estadual em São Paulo ele criou a lei 10.948/2001 que é a única lei estadual que realmente funciona. E é a única lei brasileira de combate, de punição por discriminação por orientação sexual. Porque a do Supremo é uma canetada, não é lei. Então ele, como deputado, aprovou em 2001 na Assembleia Legislativa de São Paulo a Lei 10.948. Então é uma pessoa que tem uma trajetória de direitos humanos e de compromisso. Quando ele foi Secretário de Movimentos Populares do PT ele conseguiu esse recurso, em 2008, como articulação minha como coordenador de setorial. Então quando você tem pessoas aliadas, você avança mais. Quando você tem pessoas neutras, você avança menos. E tem, claro, sempre nos bastidores muita gente que não opera, abertamente, contra, mas também não é muito a favor. Sabe aquela coisa?

Os membros LGBTI+ conseguem participar da definição de regras na organização partidária?

Eu acho que aí se encaixam mais do que é colocado. Por exemplo, o PT tinha núcleos, por que tinha Núcleo de Gays e Lésbicas? Porque o PT funcionava muito

pelos núcleos. Agora a ideia, inclusive, é voltar a ter núcleos de estudo, vivência e luta. Por que a gente fez setoriais? Porque era a forma como o PT se organizava. Então segue um pouco o que está colocado pelo partido.

Na verdade, o PT governava por correntes. Então se você tem LGBTI+ que influenciam dentro das suas correntes você tem... Por exemplo, eu era da direção nacional da Articulação de Esquerda, então eu tinha uma voz dentro da Articulação de Esquerda. A Janaína [Oliveira] deve ser, presumo, da Coordenação Nacional da CNB, então é muito ouvida pela cúpula da CNB. Então ela influencia a governança do PT não enquanto LGBTI+, propriamente, mas enquanto pessoa da direção da tendência majoritária. Você percebe? É o filtro, não é o setorial propriamente. São as correntes. Porque o setorial é formado pelas chapas. Então o Wesley [Francisco] vai lá no Avante, na corrente Avante, levar as pautas LGBTI+. Então você tinha lá a Vina [Vinícius Alves] que era da corrente EPS⁹, agora está na corrente do Ivan, PT de Todas as Lutas. Então ele, enquanto EPS, enquanto PT de Todas as Lutas, vai lá. Você tem a Michelle [Meira] que é da DS, ligada a Luizianne [Lins]. Você tem o Marcelo Nascimento que é da CNB, mas não propriamente dentro da ala da Janaína dentro da CNB que é muito grande e tem mais de uma ala. Então são dirigentes que são LGBTI+ e que têm voz nas suas correntes. E que aí participam de decisões mais gerais do PT por meio das suas correntes. No PT quem não tem corrente não tem cidadania.

Mas os setoriais podem fazer mobilizações. Por exemplo, o Setorial de Meio Ambiente quer propor uma resolução contra as queimadas na Amazônia: ele apresenta enquanto setorial para o Congresso. Nas definições do dia a dia, das composições, das regras, dos regulamentos, aí não entra o debate setorial, entra o debate das correntes. E aí você acaba, se quiser interferir, você tem que fazer o debate na tua corrente, para a tua corrente ir lá. Na direção executiva, no caso. Você tem que ter uma militância muito orgânica, cotidiana, formação política. Tem que estar na estrutura, de certa forma, tem que estar na Direção, tem que estar acompanhando. É o que eu falei: quem não tem tendência tem pouco espaço de participação no PT, isso é um problema, né? Acaba ficando alijado das informações.

Você considera que as decisões do PT são centralizadas pelas lideranças ou são descentralizadas pelos filiados?

O PT, que é o partido mais democrático do Brasil, ainda é um partido que não tem mecanismos cotidianos de participação. Por isso que nós queremos que os núcleos voltem a ser a base do PT. Queremos que sejam feitas consultas. Criou um

⁹ Esquerda Popular Socialista.

aplicativo agora, usar o aplicativo para fazer debates sobre grandes temas, para os filiados poderem participar. Um exemplo: se o PT deveria ter apoiado o Baleia Rossi na disputa da presidência da Câmara dos Deputados ou se deveria lançar candidatura própria. Se você quiser saber uma resposta sincera: o PT é um partido muito centralizado não só na sua direção nacional, como também na sua Executiva Nacional. E, sobretudo, é um partido presidencialista. Então no caso dos setoriais, os setoriais são secretaristas. Então, por exemplo, não tem uma participação, uma vida orgânica do setorial LGBTI+. E aí não é uma crítica que eu estou fazendo à secretaria atual, embora eu faça, mas também na época que eu estava à frente. Porque nós não temos mecanismos cotidianos de organização para descer para os estados, para consultar, quanto mais para chegar a petista. Então, são muito centralizadas as decisões do PT de modo geral, viu! O PT é presidencialista. Se você tiver um mau presidente no PT você está ferrado! Se tiver um presidente ruim, um mau presidente, uma má presidente; se não tiver uma presidente boa como a Gleisi, você prejudica a política do partido.

Quais são as duas principais barreiras para a pauta LGBTI+ no PT?

Eu acho que uma é essa questão de renovação de quadros e do próprio PT. O PT tem que se renovar como um todo. O PT perdeu um pouco o elã de ser um partido jovem, dinâmico, socialista, radical. “Juventude petista de esquerda e socialista”. O PT tem que retomar essa discussão com os e as LGBTI+ que querem uma política de direitos, de afirmação de identidades, de pluralidade sexual, afetiva e de gênero. E se você não estiver conectado com essa vanguarda acadêmica e com essa vanguarda ativista você vira o partido dos burocratas. Então eu acho que a principal dificuldade é o PT ter um programa radical, socialista, democrático popular. Por isso que me animo muito com a candidatura do Lula. O Lula é o nosso maior radical hoje. O Lula é o cara que coloca o “pingo nos is”. Porque tem uma democracia no PT muito moderada, muito apática, muito recuada, programaticamente. O Lula bota pra quebrar! O Lula terminou a frase dele: “Aqui é liberdade religiosa e direitos LGBTI+”. Foi a última frase do discurso do Lula em São Bernardo. O Lula está antenado.

E aí eu falo do segundo desafio, a segunda dificuldade, o peso do conservadorismo na sociedade e do capitalismo religioso que rebate no PT. A ideia de que você tem que fazer concessões programáticas para o capitalismo religioso. Como se isso já não tivesse nos levado para esse buraco. Então tem muita gente que acha que a pauta, não só LGBTI+, a pauta dos direitos sexuais reprodutivos. E a própria pauta dos direitos humanos. Eu quero que o PT debata a legalização das drogas. Ou nós vamos continuar dizendo que esse modelo está correto? O PT tem que debater o desencarceramento. Tem 760 mil presos no Brasil! Nós não vamos discutir que

tem 40% de presos provisórios? Que esses juízes e promotores, esse sistema, sai prendendo qualquer menino que está vendendo papelote, qualquer um que está comprando? Que sai prendendo e enchendo as cadeias? O PT não vai discutir a reforma dessa Polícia Militar apodrecida? Que tem que virar Polícia Civil, que tem que fundir e ser uma polícia desmilitarizada? Com direitos humanos, com altos salários, com profissionalização? Então essa é uma pauta da juventude. O genocídio e a juventude negra. O genocídio, a matança das LGBTI+. O PT não vai assumir de fato que tem que ter um programa de escolas sem discriminação LGBTI+? Não vamos pautar isso? A educação sexual.

Então acho que o desafio também é programático, é assumir um programa contemporâneo que não faça concessões a quem é contra direitos humanos e desafios religiosos. Então são dois desafios que se conectam, são duas barreiras conectadas. A falta de renovação, que acaba fazendo com que a lógica da burocracia interna moderada e recuada prevaleça em muitos momentos; ou dos gestores recuados ou de quem tem base social conservadora. Porque o papel de um dirigente de esquerda é levar a base adiante. É aumentar o nível de consciência da sociedade. Não é se curvar ao senso comum conservador feito pelas elites. Por que senão por que você é de esquerda? “Eu não posso falar isso porque as pessoas são contra”. São contra porque a sociedade é patriarcal, racista, machista, capitalista, opressora, Rede Globo e Igreja Universal. Agora, é contra isso que a gente luta. Se a gente não for fazer propaganda política e ideológica das nossas ideias socialistas, libertadoras, de direitos humanos, feministas, antirracistas, para que estou num partido de esquerda? Não faz sentido! Se é para fazer a mesma coisa, fica no partido que defende a ordem, estamos aqui para ser a contraordem. Então, às vezes o PT se perde. Por isso que perde, às vezes, muito espaço para gente que vê num partido que, na minha opinião, é muito mais limitado; que tem o chip da pequena burguesia; não é um partido popular; é um partido mais jovem, mais fragmentado e muito mais liberal do que o PT, que é o PSOL.

O PSOL não é um partido à esquerda do PT, mas traz muita força e impulso inovador. Na verdade, o PSOL tem um problema de não ser um partido popular, enraizado no povo, não tem grandes inserções sindicais, populares, dos movimentos sociais organizados e por aí vai. As concessões à direita e a questão da renovação do programa.

Obrigado por essa entrevista!

Referências

AMARAL, Oswaldo E. do. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. São Paulo: Alameda, 2013.

BARBABELA, Pedro. Os dilemas da representação política LGBTI+: notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil. *REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 4, n. 14, 2021.

CRUZ, Rodrigo. Do protesto às urnas: as campanhas em defesa da causa homossexual nas eleições de 1982. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 22, 2017.

DEHESA, Rafael de la. *Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales em México y Brasil*. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

FEITOSA, Cleyton. Diversidade sexual e partidos políticos: uma análise da cidadania LGBT nos estatutos partidários brasileiros. *Revista Feminismos*, v. 9, n. 2, 2022.

FEITOSA, Cleyton. *Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017a.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

KECK, Margaret E. *PT - A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010 [1991].

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 225-265, 2013.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21, 2016a.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 1, 2016b.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

Sobre os autores

Cleyton Feitosa

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). Co-coordenou o Dossiê Temático "Participação Política LGBTI+ no Brasil" publicado na REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (2022). É autor do livro "Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil" (Appris, 2017). Foi consultor da Unesco, atuando na organização da 3ª Conferência Nacional LGBT no âmbito do Ministério de Direitos Humanos (2016). É membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie) vinculado ao IPOL/UnB.

Julian Rodrigues

Doutorando em América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (2019). Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo - Área de Concentração: Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Licenciado em Letras - Português/Inglês pela Universidade Federal de Viçosa (1997). Coordenador de Formação Política da Fundação Perseu Abramo (FPA). Ativista de movimentos de direitos humanos e LGBTI+. Sua atuação concentra-se nos seguintes temas: direitos humanos, políticas públicas, cidadania LGBTI+, direitos sexuais e reprodutivos, movimentos sociais, gênero, feminismo, juventude, educação, segurança pública e políticas sociais.

Agradecimentos

Esse trabalho é fruto do Projeto de Pesquisa "Movimentos sociais no sistema político brasileiro", financiado pela FAP-DF, Processo n. 00193.0000229/2019-14, da CAPES e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, que custeou a transcrição da entrevista, pelo qual agradeço o apoio financeiro. Agradeço a minha orientadora acadêmica, Profª. Dra. Debora Rezende de Almeida, pelo apoio na estruturação da entrevista. Também sou grato aos Grupos de Pesquisa Resocie: Repensando as Relações entre Sociedade e Estado e Flora Tristán: representações, conflitos e direitos, ambos do IPOL/UnB, pelas interlocuções sobre a pesquisa. Por fim, agradeço a/ao parecerista anônima/o pelas contribuições e a equipe editorial da revista insurgência pelo acolhimento.